

## O NEGRO NA UNIVERSIDADE: PERCEPÇÕES DE ESTUDANTES SOBRE AS RELAÇÕES INTER-RACIAIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ

Betel Pereira de Castro<sup>1</sup>  
Eugénia da Luz Silva Foster<sup>2</sup>  
Elivaldo Serrão Custódio<sup>3</sup>

### Resumo

O presente artigo visa analisar as percepções de estudantes sobre as relações inter-raciais que se dão no ambiente acadêmico, bem como as dificuldades por eles enfrentadas, considerando a realidade do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Amapá. A pesquisa se configura como estudo de caso em um enfoque qualitativo, com uso de entrevistas semiestruturadas. Os resultados mostraram a existência de alguns conflitos demandados por uma quantidade maior de negros naquele ambiente e que à primeira vista parecem não estar relacionados à questão racial. No entanto, o cotidiano dos estudantes negros aponta para uma realidade muitas vezes repleta de situações que não negam a existência de racismo e discriminação naquele espaço universitário, apesar dos avanços significativos nesse processo.

**Palavras-chave:** Ações afirmativas. Cotas raciais. Relações inter-raciais. Racismo. Amapá.

<sup>1</sup> Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e Pós-graduanda do Curso de Especialização em Política Educacional/UNIFAP. E-mail: beteldecastro@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutora em Educação pela Universidade Federal de Fluminense (UFF), com pós-doutorado em Educação pela UERJ. Professora efetiva da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Coordenadora do Curso de Mestrado em Educação e do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação, Relações Étnico-Raciais e Interculturais da UNIFAP. E-mail: eugeniafoster@uol.com.br

<sup>3</sup> Pós-doutorando em Educação pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Doutor em Teologia pela Faculdades EST em São Leopoldo/RS, Brasil. Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Docente da Secretaria de Estado da Educação do Amapá (SEED). Editor Associado da Revista Identidade da Faculdades EST. Membro do Grupo de Pesquisa Identidade (Faculdades EST), do Grupo de Pesquisa Centro de Estudos Políticos, Religião e Sociedade (CEPRES-UNIFAP/CNPq) e do Grupo de Pesquisa Educação, Relações Étnico-raciais e Interculturais (UNIFAP/CNPq). E-mail: elivaldo.pa@hotmail.com

## THE BLACK IN THE UNIVERSITY: STUDENT PERCEPTIONS ON INTER-RACIAL RELATIONS AT THE FEDERAL UNIVERSITY OF AMAPÁ

### Abstract

This article aims to analyze students' perceptions about the interracial relations that occur in the academic environment, as well as the difficulties they face, considering the reality of the course of Pedagogy of the Federal University of Amapá. The research is configured as a case study in a qualitative approach, using semi-structured interviews. The results showed the existence of some conflicts demanded by a greater number of blacks in that environment and that at first sight seem not related to the racial question. However, the daily life of black students points to a reality often filled with situations that do not deny the existence of racism and discrimination in that university space, despite the significant advances in this process.

**Keywords:** Affirmative action. Racial quotas. Race relations. Racism. Amapá.

### Introdução

O debate em torno da questão do negro na universidade brasileira remete, entre outras discussões, ao sistema de reserva de vagas em instituições de ensino superior público, que se tornou conhecido por meio da imprensa como “cotas raciais”, e que tem como objetivo proporcionar a igualdade de oportunidades à população menos favorecida historicamente. Dados indicam que o sujeito negro no contexto social brasileiro tem sido o mais prejudicado em relação ao branco, no tocante o acesso às universidades brasileiras em decorrência da discriminação racial, ainda presente no cenário brasileiro.

Nesse sentido, quando se trata de discutir a temática das cotas para o negro e indígena ingressarem na universidade brasileira, as polêmicas em torno dessa questão vêm à tona, pois para muitos não se trata de uma questão racial, mas social, por não admitirem o fato de que esses grupos denominados por muitos como, “minorias”, apresentarem no seu cotidiano as marcas da indiferença a qual foram relegados ao

longo da história da nossa sociedade, e “a qual a realidade mostrou-se mais dura”. (CECCHIN, 2006).

O advento da Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012 (Lei de reserva de vagas)<sup>4</sup> trouxe algum avanço nesse processo com a reserva de 50% (cinquenta por cento) das vagas das universidades públicas e institutos federais destinadas à população negra e indígena ainda que de forma incipiente, no sentido de fazer justiça social diante do tratamento desigual ao qual a maioria da população negra brasileira tem sido alvo. Desse modo, a partir de um estudo bibliográfico e do interesse em saber como a presença do sujeito negro cotista ou não na Universidade Federal do Amapá impacta as relações que se dão naquele espaço, é que surgiu a problemática que norteia este estudo: “Como se dão as relações inter-raciais no ambiente acadêmico; qual a percepção dos alunos sobre a questão racial na universidade e quais são as maiores dificuldades enfrentadas pelos alunos cotistas nessa relação? ”.

Nessa perspectiva, este estudo objetiva analisar as percepções de alunos cotistas e não cotistas sobre as relações inter-raciais que se dão na Universidade Federal do Amapá, considerando o curso de Pedagogia. Vale destacar que a escolha do curso de Pedagogia deve-se ao fato de este ser considerado historicamente por muitos como um curso não elitizado e que atende à população de mais baixa renda, com uma grande procura pela população negra. Além disso, o curso de Pedagogia apresenta na sua matriz curricular a inclusão de disciplinas referentes à temática racial, e abarca linhas de pesquisa que contemplam a discussão e o desenvolvimento de projetos sobre a temática. Para subsidiar o estudo das relações inter-raciais, lançamos mão de contribuições teóricas de pesquisadores como Alves (2011); Cavalleiro (2006); Foster (2004); Guimarães (2003); Munanga (2005; 2007 e 2008); Santos (2015); Vieira (2014) dentre outros, que discutem a questão racial e mostram como essas relações raciais interferem no cotidiano dos estudantes.

O presente estudo configura-se como estudo de caso em um enfoque qualitativo. A pesquisa foi realizada em três turmas do Curso de Licenciatura em

---

4 Lei Federal que dispõe sobre a reserva de 50% das vagas destinadas aos estudantes de escola públicas entre eles, pretos, pardos e indígenas em instituições de ensino superior público e instituições federais. Dentro desse grupo, a distribuição segue ainda a porcentagem de cada estado considerando também a renda familiar.

Pedagogia da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Rodovia JK, km 2, na cidade de Macapá/AP, a qual trata-se de uma instituição pública que concentra estudantes de diversas culturas, raças, gêneros, credos e posições sociais, e que práticas racistas podem estar presentes também nas relações que se dão no cotidiano daquele ambiente.

A metodologia utilizada neste estudo materializou-se na pesquisa bibliográfica e de campo. Em relação à pesquisa bibliográfica foi dada atenção para dissertações, livros, revistas científicas, periódicos etc. Os sujeitos da pesquisa foram seis acadêmicos negros<sup>5</sup> cotistas e não cotistas, das turmas de 2013; 2015 e 2016. E o procedimento metodológico utilizado foi a entrevista semiestruturada.

## **1 POLÍTICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS NO BRASIL E NO AMAPÁ: COTAS PARA QUÊ?**

As ações afirmativas, segundo Cecchin (2006, p. 326), “são políticas públicas e privadas positivas que visam cessar os efeitos da discriminação por motivo de raça, sexo, cor, idade, compleição física e quaisquer outras formas de discriminação”. Assim, ações afirmativas são políticas públicas voltadas para a diminuição das desigualdades sociais e raciais das minorias historicamente discriminadas, como forma de compensação pelas injustiças sofridas no passado bem como, as que vierem sofrer no presente.

No Brasil, as ações afirmativas tiveram maior abertura por volta de 1996, no governo do então Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, mas em caráter social, deixando de lado as questões de cunho raciais, “mesmo diante do diagnóstico de que as barreiras educacionais que atingem os negros são o principal entrave à igualdade racial no país” (GUIMARÃES, 2003, p. 254). Pode-se observar através de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2014), que a população negra tem menos oportunidades de emprego, sucesso profissional, acesso à

---

<sup>5</sup> Terminologia de acordo com os critérios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o qual soma-se os grupos identificados como pretos e pardos.

cultura e à educação, principalmente, no que diz respeito ao ingresso às universidades públicas.

Durante muito tempo, o Estado brasileiro como provedor e executor de políticas públicas que compensem desigualdades de qualquer tipo se manteve inerte. No entanto, após muitas lutas e cobranças da sociedade brasileira frente às questões sociais e raciais, principalmente ao longo do século XX, por parte de alguns intelectuais e do movimento negro, tornou-se possível observar movimentos positivos nesse sentido. Para Cecchin (2006, p. 328), “a resposta do Estado a este desnivelamento, vem por meio de ações afirmativas, também conhecidas como ‘discriminação positiva’, cujo objetivo é o resgate e a inclusão social das classes menos favorecidas”.

As lutas do movimento negro no tocante à implantação das políticas de ações afirmativas para o ingresso de estudantes negros à universidade pública se constituem como parte essencial no trato às questões de desigualdades raciais e não somente sociais. A esse respeito Guimarães (2003, p. 253), assevera que foi por causa do “esgotamento de estratégia de *combate* às desigualdades punindo a discriminação racial que levou as entidades negras a demandarem políticas de ações afirmativas”.

O critério sobre desigualdades raciais não foi considerado por muito tempo na sociedade brasileira, e mesmo nos dias atuais muitos ainda não tomam as cotas raciais como direito social. Contudo, “a resistência da sociedade civil brasileira às políticas públicas raciais [...] foi parcialmente quebrada pela repercussão favorável, na opinião pública internacional” (GUIMARÃES, 2003, p. 255). Vale destacar as políticas de ações afirmativas como, por exemplo, as Leis de cotas (Lei 12.711/2012), tanto estaduais como federal, sancionada há 4 (quatro) anos pela Ex-Presidente da República Dilma Rousseff. Esta dá direito ao negro ingressar nas universidades através de uma porcentagem de reserva de vagas, numa proporção de 50% (cinquenta por cento), divididos entre negros e indígenas, todos oriundos integralmente de escolas públicas. Nessa perspectiva, Munanga (2007, p. 18) assinala que:

Se não se reservar uma certa porcentagem a este pequeno grupo de números de alunos negros que se apresentam ao vestibular para selecionar os melhores dentre eles, as vagas poderão, quase todas, ser ocupadas pelos melhores alunos brancos das escolas públicas.

A luta e a implantação de políticas de ações afirmativas no Brasil trazem à tona divergências sobre as categorias de raça, etnia e classe, quando o que está em jogo é a situação de desigualdades entre negros e brancos. Discuti-las pressupõe uma diversidade de questões a serem consideradas, na pretensão de se compreender as verdades e os equívocos em torno desse debate. Figueiredo (2007, p. 4), aponta alguns dos argumentos contrários às cotas raciais defendidos por alguns intelectuais da sociedade civil brasileira:

[...] a) não há uma linha racial definida no Brasil para definir quem é negro, o povo do nosso país é majoritariamente mestiço; b) as políticas de ações afirmativas ferem o princípio da igualdade definido no artigo 5º da Constituição Brasileira de 1988, de acordo com o qual “*todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza*”; c) é mais pertinente combater a pobreza e implementar políticas universalistas, já que a maioria dos pobres são negros, esses seriam os principais beneficiados.

Os argumentos de quem é contra as cotas raciais são pautados no mito da democracia racial disseminado ao longo da história da sociedade brasileira, baseado também no discurso de um Brasil miscigenado que não contemplaria a existência do racismo e a discriminação racial. Esses argumentos são algumas das formas de negação dos problemas de cunho sócio-racial presentes no Brasil, que buscam justificar esta não aceitação de grupos considerados por muitos como minorias, pelo fato de não estarem de acordo com os “padrões” de homem ideal imposto pela sociedade.

Ademais, os que são contra a reserva de vagas para o ingresso de negros e indígenas à universidade, argumentam que as cotas raciais, além de ferir a Constituição Federal do Brasil - 1988 em seu Artigo 5º, a qual “*todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza*”, cria um clima de desconforto gerando conflitos entre os sujeitos, por beneficiar uns e outros não. Porém, vale ressaltar que esses argumentos apresentam-se como falaciosos, se observarmos a situação de desigualdade social e educacional em que se encontram negros e brancos no Brasil. Por outro lado, para aqueles que defendem as ações afirmativas como direito, como aponta Moehlecke (2002, p. 210) a justificativa se dá em torno de:

Elas estariam de acordo com os preceitos constitucionais, à medida que procuram corrigir uma situação real de discriminação. Não constituiriam uma discriminação porque seu objetivo é justamente atingir uma igualdade de fato e não fictícia. Elas não seriam contrárias ao mérito individual, pois teriam como meta fazer com que este possa efetivamente existir. Seria nesse caso, a sociedade brasileira a incapaz, e não o indivíduo; seria incapaz de garantir que as pessoas vençam pelas suas qualidades e esforços, ao invés de vencer mediante favores, redes de amizades, cor, etnia, sexo.

É importante lembrar que essas minorias são detentoras de direitos constitucionais pautados na igualdade de condições, independentemente das diferenças. Para Woodward (2000, p. 50), a diferença “[...] pode ser construída negativamente – por meio da exclusão ou da marginalização daquelas pessoas que são definidas como “outros” [...]”. Contudo, a diferença não deve ser uma característica negativa. A referida autora enfatiza ainda que “ela poder ser celebrada como fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como enriquecedora” (Idem).

Na perspectiva de representatividade da identidade negra no ensino superior e principalmente nas universidades públicas, as políticas de ações afirmativas materializadas nas cotas raciais, muito embora não possam sanar os problemas de discriminação racial, possuem o papel de igualar as minorias aos demais grupos de cidadãos brasileiros no que concerne aos direitos constitucionais. Entretanto, é preciso implementar medidas de apoio estudantil que deem condições para o aluno estudar, evitando a evasão destes.

Ademais, o objetivo das cotas raciais, além de promover a igualdade, é combater o racismo e seus derivados, buscando suscitar práticas antirracistas não somente no ambiente acadêmico (foco desta pesquisa), bem como em outros espaços.

### **1.1 Políticas de ações afirmativas no Amapá: construindo medidas de superação do racismo no ensino superior**

A história do negro amapaense se dá no mesmo caminho do restante do Brasil. As dificuldades enfrentadas pelos sujeitos negros ao longo do tempo também se configuram nas questões de desigualdades profissionais, sociais, culturais, educacionais etc. com o pano de fundo racial. Nessa perspectiva, Alves (2011, p. 67) aponta que:

O Amapá apresenta-se em condições similares aos demais estados da região norte, ou mesmo de todo país, confirmando assim os baixos índices de desenvolvimento social e educacional da população negra, junto aos constantes transtornos verificados também nas demais unidades da federação.

O Amapá não se encontra isento das problemáticas que envolvem as questões raciais, o racismo, a discriminação e o preconceito de cor. Vale ressaltar que mesmo sendo um Estado com grande quantidade da população composta por negros (segundo dados do IBGE), o número de pessoas que se declaram pardos e não pretos é espantosamente grande (ALVES, 2011). Ainda assim, segundo Custódio (2014), o estado do Amapá tem em sua população mais de 70% de pessoas que se autodeclaram negras e/ou pardas, devendo enfatizar-se como meta prioritária de governo, a implementação de políticas públicas para a população negra, assumindo-se como Estado de referência frente ao compromisso de uma gestão pública democrática e efetivamente inclusiva.

Acreditamos que a ausência de política pública para a população negra se dá pelo fato de as relações raciais e inter-raciais estarem marcadas pela intolerância e preconceito racial que trazem à tona velhos conflitos e tensões no que tange as relações entre negros e brancos no Brasil, camuflados pela “existência de uma suposta mestiçagem”. (ALVES, 2011, p. 68)

De acordo com o referido autor “nessa perspectiva, emerge a figura do sujeito mestiço, costurado sob o mito da democracia racial e nas tentativas de embranquecer ao máximo a população negra no Estado do Amapá” (ALVES, 2011, p. 68). É



característica de uma suposta democracia racial negar a existência de discriminação no contexto social. Contrariamente, nota-se que a situação de desigualdade em que se encontra o sujeito negro, seja no Amapá ou no Brasil, é visivelmente notável na sociedade e estampada nos dados de institutos oficiais de pesquisa como IBGE (2011) e IPEA (2014).

Consoante ainda com o autor, “ao colocarmos em relevo dados da população negra no Estado a partir do mercado de trabalho, nas categorias de crescimento demográfico de geração de empregos, encontraremos a continuidade do que ocorre no restante do país” (ALVES, 2011, p. 69). Isto é, o número de pessoas de cor branca ocupadas e com anos de estudo a mais que os negros, é absurdamente maior. Nesse aspecto, torna-se essencial o papel das ações afirmativas, não apenas como medida que garanta o ingresso do negro na universidade, bem como na valorização da “história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, à sua identidade e a seus direitos”. (BRASIL, 2004, p. 17)

As ações afirmativas no Brasil estão atreladas à implantação das leis estaduais, pelas quais as universidades foram obrigadas a incluir em seus processos seletivos o sistema de cotas. No Amapá a Lei n. 1258, de 18 de setembro de 2008, instituiu cota de ação afirmativa com reserva de vagas para estudantes afrodescendentes no acesso aos cursos da Universidade Estadual do Amapá (UEAP). No parágrafo único do artigo 1º da referida lei destaca-se: “será reservada aos estudantes de que trata esta Lei, o número de vagas ao percentual de candidatos afrodescendentes inscritos no processo seletivo por curso e turno”.

As cotas raciais na Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), foram instituídas somente por força da Lei Federal n. 12.711, de 29 de agosto de 2012 (Lei de cotas), que reserva 50% das vagas nas universidades e institutos federais a estudantes oriundos de escolas públicas, autodeclarados pretos, pardos e indígenas conforme o artigo 4º da referida lei.

Vale ressaltar que as questões raciais que envolvem o estudante negro no Amapá na universidade federal perpassam por todos os entraves impostos pela sociedade para o desenvolvimento pleno daquele sujeito. As mazelas impostas ao

sujeito negro diminuem as oportunidades de se auto afirmar como ser humano digno dos mesmos direitos que os demais da sociedade. Nessa ótica, a UNIFAP, bem como as demais universidades públicas deste país, possui papel preponderante sobre as questões raciais por se tratar de uma instituição que possibilita o acesso ao conhecimento interdisciplinar e transversal e pela responsabilidade de formar intelectuais atuantes na luta contra todas as formas de desigualdades e injustiças sociais e raciais.

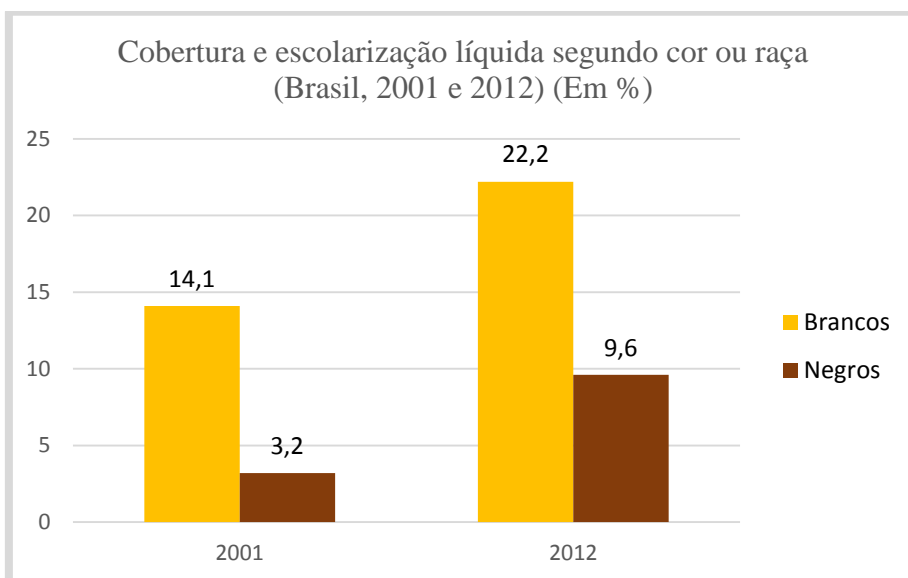
## **2 A QUESTÃO RACIAL E INTER-RACIAL NO ENSINO SUPERIOR: VIVÊNCIAS E PERSPECTIVAS**

Discutir a questão racial evidenciando as formas de discriminação racial, preconceito e racismo no ambiente acadêmico requer compreender como se desenvolvem as relações inter-raciais no cotidiano daquele espaço. Para tanto, é preciso considerar o contexto histórico, as concepções de mundo, de sujeito, de sociedade construídos ao longo do tempo. É necessário ainda, considerar a diversidade da população negra e branca sob a ótica de suas culturas, tradições, vivências, costumes e conceitos construídos, principalmente, no tocante aos mecanismos de discriminação racial no espaço acadêmico. Gomes (2007, p. 245), entende que:

As políticas de ações afirmativas já são uma realidade na educação brasileira. Por isso, não cabe mais à sociedade discutir quem é contra ou a favor da implementação de políticas de correção das desigualdades raciais na educação superior. [...] esse processo é resultado de uma luta histórica árdua e constante do movimento negro, da comunidade negra em geral e de outros profissionais intelectuais anti-racistas que se posicionam publicamente e politicamente contra o racismo e as desigualdades raciais.

Não há como negar que a situação dos negros tenha mudado positivamente com relação à política de cotas raciais para o acesso às universidades no Brasil. As ações afirmativas trouxeram avanços e perspectivas de ascensão da população negra. A universidade pública antes totalmente elitizada, agora apresenta-se mais plural e

diversa. Entretanto, o quantitativo de estudantes negros naquele ambiente ainda não corresponde ao número de jovens negros em idade propícia para cursar o ensino superior. Cabe observar que a situação desigual entre os desiguais – negros e brancos – se mede em diversos segmentos da sociedade, e na educação superior não é diferente. Nesse aspecto, dados do IPEA/SEPPPIR (2014, p. 19), ratificam que “[...] as taxas de escolarização líquida de negros são significativamente inferiores às de brancos [...] no ensino superior” como pode-se observar no gráfico abaixo:



**FONTE:** IPEA/SEPPPIR, 2014 (Adaptado).

Vê-se que o negro e a negra brasileiro/a historicamente enfrentam dificuldades para ascender socialmente e, no que tange o acesso à educação superior, as dificuldades enfrentadas estão claramente ligadas às questões raciais. No cotidiano acadêmico, assim como nos demais espaços da sociedade, há implicações quanto às relações inter-raciais, posto que estas não se dão de forma harmônica como muitos imaginam. Passos (2015, p. 157), aponta que “o campus está mais plural e democrático, mas não menos conflituoso e desafiador, exigindo que a universidade redescubra sua função social”. Nesses termos, as relações inter-raciais são marcadas por processos de discriminação que muitas vezes são imperceptíveis à primeira vista,

no entanto, um olhar mais atento a essa questão denuncia que essas relações são conflituosas e que a tal harmonia entre raças é uma falácia.

A presença do negro na universidade não se dá de maneira harmônica. A suposta harmonia entre estudantes negros e brancos põe à prova a convivência entre ambos de diversas maneiras, as quais muitas vezes não deixam transparecer a verdadeira face do racismo. Este, em suas múltiplas facetas, se camufla nas atitudes, gestos e olhares que faz com que o discriminado não perceba ou não consiga identificá-lo, de forma que mais uma vez práticas discriminatórias fiquem impunes. Cordeiro (2012, p. 359), assinala que:

Os negros e os indígenas e outros segmentos considerados minorias, do ponto de vista do acesso aos bens culturais, sociais e econômicos, portanto, excluídos, são educados para suportar a discriminação e o racismo, naturalizando o problema, como uma realidade imutável, com a qual aprendem a conviver.

O racismo e seus derivados impõem às populações discriminadas racialmente, situações embaraçosas e que à primeira vista podem parecer normais, no entanto, intoxicam as relações de convivências, deixando cicatrizes profundas em quem as sofre. Desta feita, desestruturar os mecanismos do racismo na sociedade brasileira não é tarefa fácil, todavia, faz-se necessário descortiná-los no intuito de não somente fazer emergir questões como estas, bem como, tentar combater os males da discriminação racial para uma universidade mais democrática, tolerante e justa no que tange à convivência entre alunos de diferentes etnias, raças, credos, cor, gênero etc.

Vista sob essa ótica, as relações inter-raciais no cotidiano da universidade podem influenciar no desenvolvimento acadêmico de estudantes negros, posto que é nessas relações que as questões raciais emergem com toda força. Muitas vezes, as interações entre os sujeitos expressam as representações racistas internalizadas no indivíduo que, mesmo sem perceber, utiliza termos pejorativos ao se referir aos afro-brasileiros.

Com efeito, o uso de expressões discriminatórias e pejorativas contra o aluno negro, no meio acadêmico, parece naturalizado por parte de alguns, gerando situações de conflito, em que indivíduos que representam a “cor” dos grupos socialmente

dominantes (o sujeito branco) tornam seus discursos cada vez mais potentes, ditando regras da convivência, entre outras, frente ao grupo minoritário (sujeito negro), que se sente ainda mais vulnerável, excluído e inferiorizado. A imposição de um sobre outro evidencia um problema latente em decorrência da discriminação e dos mecanismos de subordinação da população negra à elite branca: a manipulação e monopolização do poder. A inferiorização que resulta na exclusão do negro pelo homem branco é uma estratégia de dominação, que Bourdieu (1998) denomina de “violência simbólica”. Nesse processo, Souza (2012, p. 21) destaca que:

Na perspectiva bourdieusiana, a violência simbólica se expressa na imposição legítima e dissimulada, com a interiorização da cultura dominante e há uma correlação entre as desigualdades sociais e escolares. As posições mais elevadas e prestigiadas dentro do sistema de ensino (definidas em termos de disciplinas, cursos, ramos do ensino, estabelecimentos) tendem a ser ocupadas pelos indivíduos pertencentes aos grupos socialmente dominantes.

A lógica da violência simbólica reside, como se vê, na imposição de culturas, modos de vida, características físicas, classes, sob a égide do poder simbólico o qual Bourdieu (1998, p. 7), aponta como sendo “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”. Nesse sentido, nas relações inter-raciais, o dominador com base no poder simbólico reveste-se do poder da palavra para a dominação e inferiorização do outro.

No jogo de dominador *versus* dominado (e nesse caso, do sujeito branco sobre o negro), as palavras são como armas apontadas no intuito de inferiorizar o outro para se manter no poder. Nesse caso, “as identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social”, como aponta Woodward (2000, p. 39-40). Assim, os estereótipos são formas de não somente estigmatizar os negros, como também de excluí-los do contexto social brasileiro.

No meio acadêmico, os estigmas relacionados aos estudantes negros cotistas ou não, agem de maneira cruel, fazendo com que o aluno seja excluído. Uma dessas maneiras, diz respeito ao estranhamento e distanciamento que alguns alunos têm em relação ao negro cotista, como aponta a pesquisa de Vieira<sup>6</sup>:

Alunos negros cotistas tiveram dificuldade de se adaptarem ao ambiente acadêmico, sendo a cor da pele o principal problema nos primeiros contatos na academia. Revelando assim, a estranheza que sentiram ao chegar ao ambiente acadêmico, não reconhecendo este ambiente e enfrentando o distanciamento dos demais. (VIEIRA, 2014, p. 102)

Isso evidencia que os sujeitos do campo universitário não estão isentos de sofrer preconceitos, racismo e discriminações, chegando ao ponto em que muitos alunos não conseguem se reconhecer naquele espaço. Assim, demonstra-se que a harmonia e democracia racial inexistem também nas universidades brasileiras. Como assinala Silva (2000, p. 83), “a identidade hegemônica é permanentemente assombrada pelo seu Outro, sem cuja existência ela não faria sentido”. Nessa perspectiva, Foster (2004, p. 68), enfatiza que “o racista é aquele que inferioriza moralmente o outro, o diferente [...]”. É através da inferiorização de algumas identidades etnicorraciais que a identidade dominante busca sua autoafirmação.

O preconceito é evidenciado também na pesquisa de Vieira (2014), a qual foi desenvolvida na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Alguns estudantes entrevistados afirmaram ter percebido ou sofrido algum preconceito por parte de alunos ou de professores. Entretanto, Vieira (2014) aponta que alguns negaram a existência de discriminação por conta das cotas raciais, mas teve quem apontou a existência de discriminação racial naquela instituição.

Desta feita, a negação da discriminação racial seja no ambiente universitário ou outro segmento da sociedade civil, evidencia que a ideia de democracia racial, apesar de essa ideologia ter sido desmascarada por muitos teóricos, ainda persiste no ideário brasileiro. Para Santos (2015, p. 10):

---

<sup>6</sup> Ver Dissertação de Mestrado: “Do escravismo às políticas de ações afirmativas: o negro cotista na Universidade Federal de Juiz de Fora”. Juiz de Fora: UFJF, 2014.

Esses argumentos são muito comuns e diversos no debate das cotas. Eles geralmente sempre aparecem não apenas no debate da inclusão de negros na universidade, mas na própria temática racial brasileira sob variados prismas analíticos e políticos.

Essa negação, que é um discurso pronto de muitos que são contra as cotas raciais, mostra mais uma vez a dificuldade que os negros enfrentam, não apenas no acesso à universidade bem como na permanência e convivência cotidiana nesse ambiente e ainda: o jogo de poder que existe por trás desse discurso, objetivando a manutenção da supremacia branca.

A pesquisa de Santos (2015) realizada na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) mostra que alunos negros cotistas são excluídos dentro daquela universidade. A exclusão se dá de diversas formas, uma delas é referente a grupos criados secretamente, os quais tinham acesso apenas alunos elitizados de classe média e oriundos de escolas particulares de grande prestígio. Ou seja, ficaram de fora do grupo os alunos ditos cotistas, de forma que a exclusão se deu tanto para negros cotistas quanto para pobres cotistas, negros ou não. De acordo com o referido autor, estudantes “criam mecanismos de distinção de classe e status, ou até de raça, para manter a reprodução social medida, pela homogeneidade pelos tipos de amizade, de classe, vestimenta, linguagem, estética etc.”. (SANTOS, 2015, p. 12-13)

Vê-se que os mecanismos utilizados para discriminar, segregar o outro, são múltiplos, e que o racismo universitário -seja ele visível ou camuflado - impõe aos estudantes cotistas negros ou não (porém, com consequências mais severas ao alunado negro) situações extremamente desagradáveis e constrangedoras que não podem passar despercebidas. Nesse sentido, Cavalleiro (2006, p. 31) entende que:

O aprofundamento das desigualdades econômicas e, conseqüentemente, sociais dos negros em relação aos brancos contribuiu para abalar o consenso sobre o caráter democrático das relações étnicas e sobre a inexistência de racismo em nossa sociedade.

Diante dessas situações constatadas pelas pesquisas, percebemos a necessidade de “promover uma educação para o entendimento das diferenças étnicas,

livre de preconceitos” (CAVALLEIRO, 2006, p. 38). Isso requer, que não apenas docentes, mas também alunos e demais atores educacionais devam trabalhar em prol de uma educação antirracista, bem como o principal agente (o Estado) no movimento de emancipação das chamadas minorias (negros, índios, ciganos, deficientes, idosos, mulheres etc.), possa pensar verdadeiramente em ações que visem minorar as injustiças e desigualdades raciais e sociais.

### **3 PERCEPÇÕES SOBRE AS RELAÇÕES INTER-RACIAIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ**

#### **3.1 Veredas metodológicas**

Esta pesquisa se configura como estudo de caso, em um enfoque qualitativo. De acordo com André e Lüdke (1986, p. 11), “tem o ambiente natural como sua fonte direta de dados e o pesquisador como seu principal instrumento”. O estudo de caso, conforme as autoras, serve:

Para compreender melhor a manifestação geral de um problema, as ações, as percepções, os comportamentos e as interações das pessoas, **que** devem ser relacionadas à situação específica onde ocorrem ou à problemática determinada a que estão ligadas. [...] esse tipo de abordagem enfatiza a complexidade natural das situações, evidenciando a inter-relação dos seus componentes. (ANDRÉ e LÜDKE, 1986, p. 18-19, grifo nosso)

A metodologia utilizada materializou-se na pesquisa bibliográfica e de campo e o instrumento metodológico utilizado foi entrevista semiestruturada. Para tanto, André e Lüdke (1986, p. 33-34), assinalam que a entrevista semiestruturada “se desenrola a partir de um esquema básico, porém não aplicado rigidamente, permitindo que o entrevistador faça as necessárias adaptações”. Os sujeitos da pesquisa foram seis alunos de três turmas de Pedagogia (2013, 2015 e 2016) da UNIFAP, em Macapá/AP, conforme o quadro abaixo:



Perfil dos Entrevistados <sup>7</sup>				
	Cor/Raça	Idade	Cotas	Turma/Semestre
Entrevistados - E	E1: Negra	26 anos	Não cotista	2013-8º
	E2: Negra	21 anos	Cotista racial	2016-2º
	E3: Negra	27 anos	Não cotista	2015-4º
	E4: Branca	18 anos	Não cotista	2015-4º
	E5: Negra	18 anos	Cotista social	2016-2º
	E6: Branco	35 anos	Não cotista	2015-4º

**Fonte:** Pesquisa de campo 2013-2016.

Vale ressaltar que a terminologia “negra”, como já abordada anteriormente, soma-se os grupos identificados como pretos e pardos de acordo com o IBGE. Assim, foi realizado um recorte da realidade desses alunos, frente as relações inter-raciais por eles vivenciadas no cotidiano daquele ambiente.

### 3.2 Resultados e discussão

Este estudo foi organizado em categorias de análises sobre as percepções dos entrevistados tais como: 1 - Sistema de cotas raciais e ser negro na universidade; 2 - Relações entre alunos negros cotistas e não cotistas e o enfrentamento ao racismo na universidade e; 3 - Tratamento dado à questão racial em sala de aula e o papel social e pedagógico da UNIFAP. Assim, é possível que haja melhor compreensão sobre as questões envolvidas neste processo.

Para adentrar a pesquisa propriamente dita, é importante ressaltar que as entrevistas não se deram de maneira fácil e com boa receptividade. Muitos acadêmicos não se dispuseram a colaborar sob alegação de falta de tempo, desconhecimento da temática sobre cotas raciais etc. e, algumas vezes marcavam a entrevista e não compareciam, além do fato de que alguns dos estudantes negros cotistas não se dispuseram a dar a referida entrevista, o que gerou certo

<sup>7</sup>

Os entrevistados se autodeclararam cor/raça no momento da entrevista.

constrangimento e reflexão sobre como esses estudantes se veem no ambiente acadêmico.

### **3.2.1 Percepções dos estudantes sobre o sistema de cotas raciais e a presença do estudante negro na universidade**

Alguns alunos afirmaram ser as cotas raciais um sistema válido, por alcançar estudantes historicamente desfavorecidos. As cotas neste caso surgem como forma de compensação para aqueles que foram e ainda são excluídos do contexto educacional universitário. Por outro lado, alguns estudantes entrevistados levantaram algumas questões como, por exemplo, a falta de oportunidades para essas minorias em detrimento da seleção em decorrência da cor da pele, e ainda, a questão dos critérios de seleção do sistema de cotas, quando a cor da pele é o fator determinante para o ingresso desses estudantes, como aponta a aluna:

[...] não é só você reservar um determinado número de vagas para as pessoas que se autodeclararam negras, [...] se você for ver dentro da universidade pessoas que não têm tanta melanina na pele, elas entram pelo mesmo dispositivo. (E1, negra, não cotista, 26 anos, 8º semestre, turma de 2013)

Na perspectiva da aluna entrevistada, a questão fenotípica que deveria ser um elemento importante como critério de seleção torna-se irrelevante diante da presença de alunos cotistas não negros nas universidades. A fala da aluna denota certa preocupação com a efetividade das cotas enquanto elemento de superação do racismo e de promoção da igualdade racial. Nessa direção, Santos (2015, p. 11) refletindo sobre a questão dos critérios de seleção aponta que “as marcas raciais facilmente identificadas do negro, como a cor de cabelo, a pele, [...] que são distinções fenotípicas causadoras de dor, violência e racismo [...] em momentos de mecanismos inclusivos de combate às assimetrias raciais, deixam de existir [...]”. Em outras palavras, para muitos, as características físicas outrora vistas como negativas, são

desconsideradas para o benefício de alguns, quando se trata do critério de seleção das cotas raciais.

É importante destacar ainda nesse caso, que alguns dos estudantes entrevistados têm a noção clara de como a questão fenotípica pode influenciar de forma contrária quando se está em jogo a ascensão do negro na sociedade. Desse modo, pôde-se perceber que há tanto um contentamento, quanto um descontentamento por parte desses alunos, em relação ao sistema de cotas raciais na Universidade Federal do Amapá. Além disso, vale ressaltar que a questão racial não foi considerada na fala de um dos entrevistados, quando mencionado o sistema de cotas. Questões como estrutura, material didático, recursos financeiros como privilégios de alunos de instituições superiores particulares sobre os alunos de instituições públicas, foram evidenciadas ao invés da situação de desigualdade racial entre negros e brancos.

Quando se trata da presença do negro no ambiente universitário, os alunos entrevistados admitem de algum modo, certos tensionamentos, mesmo não evidenciando formas de racismo explícito. Mesmo quando se afirma não haver conflitos frontais, as falas dos estudantes entrevistados evidenciam a existência de guetos dentro da universidade compostos de um lado, por cursos de elite frequentados por estudantes brancos e cursos mais populares. E mesmo assim, no curso de pedagogia que é o curso de interesse desta pesquisa e não é considerado um curso de elite os alunos negros, cotistas ou não, os mesmos alunos acabam percebendo certa exclusão. Vejamos a fala da entrevistada abaixo:

A gente consegue se deparar com grupos que infelizmente acabam não se misturando [...] tipo esses cursos que só tem brancos de olhos azuis, aqui na universidade mesmo a gente encontra isso, de certa forma não sentimos aquele preconceito, mas sentimos sim que existe uma exclusão. (E2, negra, cotista racial, 21 anos, turma de 2016, 2º semestre)

A exclusão nesse caso denuncia os efeitos de um racismo silencioso, que opera de forma sutil e velada. Assim sendo, a ausência de conflitos explícitos relacionados ao ingresso de estudante negro na UNIFAP, não subtrai posicionamentos

ou comportamentos que evidenciam que o negro não é bem visto naquele ambiente, e a fala da aluna Bruna evidencia o fato de que há exclusão de alguns grupos em relação a outros. Esse processo na perspectiva de Passos (2015, p. 163) “é provocado por vários fatores, entre eles: a simples presença de pessoas que, até então, não frequentavam os espaços do campus universitário – são outras corporeidades, múltiplas estéticas [...] e a explicitação do racismo”. E ainda:

A presença de estudantes negros nas universidades brasileiras, não só materializa fisicamente, a partir de corpos negros, a diversidade étnico-racial como expõe a complexidade das relações raciais no Brasil, tensionando a cultura acadêmica. (PASSOS, 2015, p. 165).

Nossa pesquisa também indicou que a forma como estudantes negros são vistos no contexto universitário ainda causa de certa forma, estranhamento por parte de alguns. A universidade antes elitizada e a qual a branquitude preenchia, seus espaços, conforme evidenciado em vários estudos e pesquisas já realizados e os próprios dados do IPEA, com o advento da lei de cotas, passou a receber estudantes de etnias anteriormente impensadas naquele ambiente, provocando sentimento de rejeição em diversos atores intelectuais. Mesmo em nível de discurso racional e politicamente correto e muitas vezes contraditório.

Ser negro na UNIFAP parece significar, para alguns dos entrevistados algo “normal”, e em termos de capacidade “*um ser totalmente capaz*”. Entretanto, quando questionados sobre sua classificação racial, alguns estudantes negros tiveram dificuldades em assumir a identidade negra, como neste caso: “*eu... (sorria meio sem graça) me considero como negro... assim... mas não tenho... assim, mais pela minha cor, pelo local onde vivo, por isso [...]*” (E3, 27 anos, negra, não cotista, turma de 2015, 4º semestre).

Pôde-se perceber no momento da entrevista, especificamente sobre essa questão, que a estudante não estava confortável em assumir sua identidade. A esse respeito Munanga (2005, p. 89), enfatiza com propriedade que “a política e a ideologia do branqueamento exerceram uma pressão psicológica muito forte sobre os africanos e seus descendentes”. Isso mostra que a mentalidade negativa sobre ser negro no

Brasil ainda persiste no imaginário social, de modo que assumir a negritude significa para alguns ainda ser visto como ser humano inferior.

### **3.2.2 Percepções sobre as relações entre alunos negros cotistas e não cotistas e o enfrentamento ao racismo na UNIFAP**

A negação do racismo sobre as relações inter-raciais que se desenvolvem naquele espaço é uma constante nas falas dos entrevistados. Todavia, apesar de afirmarem não haver nenhuma diferença na convivência entre os pares, admitiu-se a existência de tratamento diferenciado por parte de alguns aos alunos negros: *“eu não consigo perceber uma relação de diferença [...] é como se todo mundo fosse igual [...] eu sei que existe, porém eu não presenciei, já ouvi histórias [...]”*. (E4, 18 anos, branca, não cotista, turma de 2015, 4º semestre).

Esse processo ilustra bem a ideia de uma suposta harmonia racial, mas que vai sendo desvendada, explicitada ao longo da entrevista. É quando se depreende que na visão dos alunos brancos entrevistados nesta pesquisa, a reprodução do mito da harmonia racial existente no imaginário brasileiro ainda é uma realidade. A expressão da aluna *“como se todo mundo fosse igual”* mostra o jogo do revela não revela. Ou seja, mesmo não explicitando que os negros são diferentes ou menos iguais na sociedade brasileira, a referida estudante acaba, com a frase, reafirmando que esses não são iguais no cotidiano. Assim, sobre este assunto Cavalleiro (2006, p. 47), ressalta que *“nesse ambiente diferenciado para negros e brancos percebe-se que a harmonia sai de cena, cedendo espaço para acontecimentos que transformam a plena aceitação de todos para todos em momentos de tensão e conflitos”*.

Vê-se que as situações de conflitos raciais estão presentes sim na universidade, e que ao contrário do que muitos pensam sobre a inexistência do preconceito e discriminação racial universitária, essas práticas são mais recorrentes do que se possa imaginar. Porém, admitir essas práticas para muitos, significa abrir mão da imagem de não racista, de que o Brasil é um país democrático, justo e tolerante

quanto às relações inter-raciais no cenário brasileiro. Contudo, vale ressaltar, conforme Vieira (2014, p. 106) que:

A negação do preconceito foi e sempre será conveniente no Brasil, o que acaba por manter o privilégio da elite branca e ainda desresponsabiliza o governo em relação a situação de pobreza vivenciada pelos negros. No entanto, a negação do preconceito se revela na forma mais cruel de manter a distância que opõe negros e brancos no plano social e econômico, pois, como pensar políticas públicas para um problema que não é reconhecido.

Assim sendo, há o discurso de que o racismo é inexistente na UNIFAP, no entanto, as falas dos entrevistados indicam que alguns alunos percebem as diferenças existentes entre eles, seja através de atitudes explícitas ou veladas, como fica subentendido na fala da entrevistada<sup>8</sup>: *“não que eu... [...] <sup>9</sup>eu não sou de explodir por qualquer coisa não, eu me retiro do local se eu não me sentir bem, mas se fosse caso de racismo mesmo, eu me sentiria ofendida, procuraria os meus direitos”*. A aluna sorria sem graça e parecia incomodada ao abordar o assunto. Isso nos faz refletir sobre a razão do seu desconforto. Porque será que alguns não se sentem à vontade para abordar questões raciais e principalmente quando se trata de admitir a existência do racismo no cotidiano universitário?

Nesse sentido, vale frisar que o racismo, de fato existe - contudo - a identificação do racista não é tarefa fácil de se realizar, pois no Brasil o racismo se dá de maneira sutil e velada. Para Foster (2004, p. 64), uma das características do racismo à brasileira se desenvolve *“através da utilização mecânica das palavras, sem se incorporar, o seu verdadeiro sentido, o senso comum, no seu discurso, corrobora com essa posição”*. O racismo à brasileira é uma das formas mais covardes e cruéis, pelo fato de não mostrar sua verdadeira face e não dar o direito ao discriminado de se defender frente a essa prática, pois *“muitas vezes a discriminação se dá sem nenhuma enunciação explícita ou implícita de caráter racial. As relações raciais constituem,*

---

<sup>8</sup> E3, 27 anos, negra, não cotista, turma de 2015, 4º semestre.

<sup>9</sup> Perguntamos se ela tivesse enfrentando como ela reagiria.

nesse caso, um [...] discurso silencioso [...] configura-se na forma mais forte de não-dito” (SALES JR., 2006, p. 243).

A indiferença é outra característica do racismo no Brasil, e está presente na fala da aluna quando afirma: “*eu vejo isso como uma coisa totalmente natural, só que eu penso que cada um tem o seu ponto de vista, então... não, não! Isso não me afetaria<sup>10</sup>*”. (E5, 18 anos, negra, cotista social, turma de 2016, 2º semestre). Isso ilustra que o preconceito para muitos se tornou algo banal e irrelevante. Colocar-se no lugar do outro, para muitos é um processo sem sentido e desnecessário, pois se não sou eu o discriminado, não há porque fazê-lo. Nesse sentido, Munanga (2005, p. 17) assevera que:

Não existem leis no mundo que sejam capazes de erradicar as atitudes preconceituosas existentes nas cabeças das pessoas, atitudes essas provenientes dos sistemas culturais de todas as sociedades humanas. No entanto, cremos que a educação é capaz de oferecer tanto aos jovens como aos adultos possibilidade de questionar e desconstruir os mitos de superioridade e inferioridade entre grupos humanos que foram introjetadas neles pela cultura racista na qual foram socializados.

É preciso, portanto, efetivar e implementar as políticas públicas já existentes como as políticas públicas de ações afirmativas. Ou seja, criar possibilidades de minimizem as desigualdades de todos os tipos no Brasil. É condição fundamental, todavia, combater o preconceito racial e a discriminação no âmbito universitário, ou seja, qual for o ambiente, torna-se ainda mais relevante para que haja uma mudança de mentalidade e de posicionamento daqueles que se dizem não racistas, no entanto, são indiferentes à essa prática cruel.

### **3.2.3 Percepções sobre a questão racial em sala de aula e o papel social e pedagógico da UNIFAP frente ao sistema de cotas raciais**

---

<sup>10</sup>

Perguntamos se ela presenciava uma prática discriminatória o que ela faria.

Uma questão relevante é sobre a resistência de alguns do ambiente acadêmico, frente ao sistema de cotas raciais, como pode ser observada na fala da aluna: “[...] ainda há uma certa resistência, porque tem muita gente que pensa ser desnecessário, que isso é algo que eles próprios se excluem [...]”. (E4, 18 anos, branca, não cotista, turma de 2015, 4º semestre).

A fala desta aluna indica uma preocupação e corrobora o já dito acima: a percepção de resistências ao sistema de cotas, sob alegação de inexistência de racismo e, portanto, de ausência de necessidade de se pensar em mecanismos políticos, ideológicos e práticos para seu combate. Vale ressaltar que a ideia de democracia racial se baseia ainda na ideologia de que o Brasil é um país mestiço e que por isso não há espaço para o racismo. Consoante com Velho (2009), o “discurso da miscigenação foi e é extremamente poderoso”. Sabe-se, porém, que essa ideologia é uma grande falácia, uma máscara por assim dizer, para encobrir os diversos conflitos raciais existentes na sociedade brasileira.

Vista sob essa ótica, a falta de mais debates sobre a temática racial na UNIFAP, como aponta o entrevistado: “[...] a universidade ela tem que trabalhar de forma bem didática essa questão ao ponto de esclarecer aos alunos o que são as cotas realmente, eu acho que falta um pouco mais desse debate [...]”. (E6, 35 anos, branco, não cotista, turma de 2015, 4º semestre), faz com que muitos estudantes não compreendam de maneira clara a questão da lei de cotas e principalmente, não consigam ter a dimensão dos efeitos das práticas racistas e discriminatórias, e que por essa razão, muitas vezes ficam confusos. Para Munanga (2008, p. 13-14), “remover esses obstáculos exige a construção de novas ideologias, capazes de atingir as bases populares e convencê-las de que, sem adesão às novas propostas, serão sempre vítimas fáceis da classe dominante e de suas ideologias”.

Por outro lado, a despeito de muitos acharem desnecessário debates sobre questões raciais na universidade, os entrevistados foram unânimes em dizer que há sim discussões em sala de aula acerca da questão em voga, mesmo que de forma tímida, como evidencia a fala da aluna: “bem, agora a gente tá tendo essa disciplina<sup>11</sup>

---

<sup>11</sup>

Educação para as Relações Étnico-raciais.



*né, [...] e estamos desmistificando certas percepções que antes não tínhamos sobre o racismo, é [...] um assunto também que revela muita coisa né, até mesmo sobre nossa posição [...]”*. (E1, negra, não cotista, 26 anos, 8º semestre, turma de 2013).

Vale sublinhar que apesar da incipiência de debates acerca das relações raciais, sistema de cotas, discriminação, racismo etc. no cotidiano acadêmico, observa-se movimentos<sup>12</sup> em torno do desvelamento de ideologias que suplantam a verdadeira face do racismo e seus derivados, como aponta a estudante: *“[...] olha...aqui na UNIFAP, eu já vi falar do NEAB<sup>13</sup>, que defende né, nas escolas, é digo, nos cursos, a questão do combate ao racismo”*. (E3, 27 anos, negra, não cotista, turma de 2015, 4º semestre). Isso ilustra que o debate sobre as questões raciais no campo universitário e especificamente em termos de UNIFAP, mesmo que de maneira contida, vem contribuindo para a desestruturação de ideologias racistas, bem como na luta de combate ao racismo.

Desse modo, todos indicaram a necessidade de se ampliar a discussão na UNIFAP. Nessa perspectiva, a noção de uma educação antirracista pautada na conscientização e desconstrução de teorias racistas, e práticas pedagógicas que confrontem as bases do racismo e da discriminação racial presentes no meio social brasileiro, estão presentes no consciente desses alunos:

É o projeto de conscientização geral mesmo, né, [...] essa questão do preconceito, só vai ser melhor combatido de forma geral, tanto dentro da UNIFAP, como fora, quando houver uma discussão bem ampla e uma conscientização de cada um, que nós não somos é ... divididos em raça, nós viemos da raça humana, somos seres

<sup>12</sup> Em relação a um desses movimentos destaca-se o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Educação, Relações Étnico-Raciais e Interculturais da UNIFAP, sob a liderança da professora e Doutora Eugénia da Luz Silva Foster. O programa desenvolve estudos, pesquisas, discussões e intervenções sobre a temática das relações étnicorraciais e interculturais, na sua intersecção com o campo educacional. Disponível no portal: [www.unifab.br](http://www.unifab.br). Acesso em 10/06/2017.

<sup>13</sup> O Núcleo de Estudos Afro-brasileiros (NEAB) é vinculado à Fundação Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) e é constituído por núcleos, grupos de pesquisas e grupos de extensão devidamente certificados, e que tem como uma de suas finalidades: promover a produção e disseminação do conhecimento sobre a população negra, particularmente do estado do Amapá, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão e estimular o desenvolvimento de políticas de diversidade étnico-racial, de promoção da igualdade e de valorização das populações de matriz africana etc. E tem também como um de seus objetivos: contribuir para a ampliação do debate e do alcance das Políticas de Ações Afirmativas no âmbito da UNIFAP etc. Disponível no portal: [www.2unifap.br/neab](http://www.2unifap.br/neab). Acesso em: 10 jun. 2017.

humanos... então somos todos iguais. (E6, 35 anos, branco, não cotista, turma de 2015, 4º semestre)

Todavia, há que se ressaltar que nem todos estão dispostos a realizar esse trabalho. O pensamento de que a questão da discriminação racial não é problema de todos, ainda permeia o meio universitário e a sociedade civil brasileira. E basta não fazer nada para que o racismo e seus derivados se perpetuem, como aponta Pacheco e Silva (2007, p. 02), “desconhecer a existência de um problema é um eficaz mecanismo de evitar o seu enfrentamento. Sutilmente, basta contar com a inércia, para que se mantenha a situação de brutal desigualdade [...]”.

Para que haja a conscientização e desconstrução do racismo de maneira eficaz, é necessário que haja um trabalho individual sim, mas principalmente coletivo, onde todos da comunidade acadêmica e da sociedade em geral possam engajar-se de fato na luta contra todas as formas de discriminação e racismo. E ainda, na valorização da identidade do sujeito negro, indígena e outros, de forma a promover a diversidade étnico-racial no contexto acadêmico, assim como na sociedade em geral.

### **Considerações finais**

O artigo apontou para a existência de alguns conflitos presentes no contexto universitário, demandados de uma quantidade maior de negros naquele ambiente e que à primeira vista parecem não estar relacionados à questão do preconceito de cor. No entanto, um olhar mais atento evidenciou-se que o racismo e seus derivados, agem muitas vezes de maneira sutil e devastador, e que suas vítimas nem sempre percebem suas táticas cruéis pelo fato de que as ideologias racistas estão imbricadas no imaginário de uma sociedade racista, mas que não assume tais práticas.

Vê-se que as ações afirmativas materializadas nas cotas raciais ainda despertam ideias opostas ao direito de igualdade constitucional que à todos deveria alcançar independentemente de cor, religião, raça, gênero, posição social, cultura, origem etc. Porém, as cotas raciais como políticas de ações afirmativas garantem aos sujeitos historicamente excluídos, ainda que de maneira incipiente, a oportunidade de

ingresso à universidade pública, a qual anteriormente apenas a classe dominante tinha acesso.

É importante destacar que tratar as relações inter-raciais universitárias de maneira mais abrangente, pressupõe uma discussão mais aprofundada, porém, este estudo mostra um pequeno recorte sobre a não aceitação de algumas identidades étnicas no campo acadêmico. Trazer à tona questões sobre as relações inter-raciais neste século e no meio intelectual como a universidade tornou-se uma tarefa árdua porém gratificante, principalmente pelas dificuldades enfrentadas por mim no desenvolvimento desta pesquisa.

Contudo, evidenciar tais práticas torna-se essencial quando o que se busca é uma educação onde todos possam estar inclusos efetivamente. As reflexões aqui expostas permitem-nos repensar nossas práticas cotidianas sob a ótica de alunos que vivenciam de perto essas relações, as quais são muitas vezes conflitantes, mas ao mesmo tempo indicam algumas mudanças, haja vista, alguns desses acadêmicos estão podendo compreender como se dão as bases do racismo e da discriminação racial ainda presentes naquele ambiente.

Ademais, saber como se dão essas relações naquele contexto proporcionou-me reconhecer ainda mais, práticas discriminatórias que muitas vezes sua identificação como tal, não é permitida. Permitiu-me também, refletir sobre a força que o racismo exerce sobre o consciente desses estudantes, apesar de não reconhecerem e negarem veementemente que não são racistas e que essas questões muitas vezes parecem naturalizadas.

Assim, é preciso que a UNIFAP, bem como o Estado e demais atores educacionais e sociais, busquem implementar políticas públicas que garantam não somente o acesso de negros às universidades públicas, bem como a permanência daqueles. E ainda, que fortaleçam e valorizem as identidades étnicas onde a cor da pele, o fenótipo etc. sejam apenas características diferentes e não elementos de exclusão desses sujeitos do meio social, educacional, econômico, político etc., uma vez que um dos objetivos da educação antirracista deve ser o de promover ações e reflexões no século XXI, para o combate ao racismo e seus derivados.

## Referências

ALVES, João Paulo da Conceição. **Aspectos sobre as desigualdades sócio-raciais no Brasil e no Amapá**. Estação Científica (Universidade Federal do Amapá - UNIFAP). Macapá, v. 1, n. 1, p. 57-73, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.com>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado Federal/Secretaria de Editoração e Publicações. Brasília, 2013.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - MEC. Brasília, 2004.

\_\_\_\_\_. **Lei 12.711 de 29 de agosto de 2012**. Brasília, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Tradução: Fernando Tomaz (português de Portugal). 2 ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1998.

CANEN, Ana. Multiculturalismo e Identidade escolar: desafios e perspectivas para repensar a cultura escolar. In: OLIVEIRA, I. (Org.). **Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira**. Niterói, RJ: EDUFF, 2006.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. 5. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CECCHIN, Airton José. **Ações afirmativas: inclusão social das minorias**. Rev. Ciên. Jur. e Soc. da Unipar. Umuarama. v. 9, n. 2, p. 325-354, 2006.

CORDEIRO, Maria José de Jesus Alves. **Cotas no ensino superior: ação de resistência contra o racismo e de ascensão social de negros e indígenas**. Revista de Ciências Humanas, Viçosa, v. 12, n. 2, p. 357-369, jul. /dez. 2012. Disponível em: <http://www.cch.ufv.br/revista/pdfs/vol12/artigo5vol12-2.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2016.

CUSTÓDIO, Elivaldo Serrão. **Políticas públicas e direito ambiental cultural: as religiões de matrizes africanas no currículo escolar no Amapá**, 2014, 198f. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas) - Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2014.

FIGUEIREDO, Otto Vinicius Agra. **Ações afirmativas no Brasil: uma discussão política**. Trabalho apresentado em forma de comunicação, SEMOC – Semana de Mobilização Científica da Universidade Católica de Salvador – UCSAL, de 16 a 19 de outubro de 2007, Salvador/Bahia – Brasil.

FOSTER, Eugénia da Luz Silva. **Racismo e movimentos instituintes na escola**. 148 f. I parte. (Tese de doutorado). Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói: 2004. Disponível em: <http://bdtd.ndc.uff.br/pdf>. Acesso em 30 jun. 2013.

GOMES, Nilma Lino. A universidade pública como direito dos (as) jovens negros (as): a experiência do Programa Ações Afirmativas na UFMG. In: **Ações afirmativas e combate ao racismo nas Américas**. (Org.) Sales Augusto dos Santos – Brasília: MEC: UNESCO, 2005.

GOVERNO DO ESTADO DO AMAPÁ/ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAPÁ. **Lei n. 1258, de 18 de setembro de 2008**. Lei que instituiu cota de ação afirmativa para estudantes no acesso aos cursos da Universidade Estadual do Amapá-UEAP, 2008.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Acesso de negros às universidades públicas**. Temas em Debate/Ação Afirmativa. Cadernos de Pesquisa, n. 118, p. 247-268, março/2003.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010**. Características da população e dos domicílios – resultados do universo. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; SEPPPIR – Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. **Situação social da população negra por estado**. Brasília: IPEA, 2014. 115 p.: il, gráfs. color. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/pdf>. Acesso em: 25 jul. 2016.

LUDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MOEHLECKE, Sabrina. **Ação afirmativa**: história e debates no Brasil. Cadernos de Pesquisa, n. 117, p. 197-217, nov. /2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559>. Acesso em: 25 jul. 2016.

MUNANGA, Kabengele. Considerações sobre as políticas de ação afirmativa no ensino superior. In: **O negro na universidade**: o direito à inclusão. (Orgs.) Jairo Queiroz Pacheco e Maria Nilza da Silva. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

\_\_\_\_\_. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil**: identidade nacional *versus* identidade negra. 3. ed. - Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

\_\_\_\_\_. **Superando o racismo na escola**. (Org.). 2. ed. revisada. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

PACHECO, Jairo Queiroz; SILVA, Maria Nilza da. (Orgs.). **O negro na universidade**: o direito à inclusão. Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2007.

PASSOS, Joana Célia dos. **Relações raciais, cultura acadêmica e tensionamentos após ações afirmativas**. Educação em Revista: Belo Horizonte, v. 31, n. 02, p. 155-182, abril-junho, 2005. Disponível em: [http://s3.amazonaws.com/educacao\\_em\\_revista/pdf](http://s3.amazonaws.com/educacao_em_revista/pdf). Acesso em: 19 nov. 2016.

SALES Jr., Ronaldo. **Democracia racial**: o não-dito racista. Tempo Social, revista de sociologia da USP, 2006. v. 16, n. 2.

SANTOS, Sérgio Pereira dos. **Os “intrusos” e os “outros” oxigenando a universidade**: por uma relação articulada entre raça e classe nas ações afirmativas. 37ª Reunião Nacional da ANPEd – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis. Disponível em: <http://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt21-4634.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2016.

SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da identidade e da diferença. In: \_\_\_\_\_. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 4. ed. Petrópolis: Editora: Vozes, 2000.

SOUZA, Liliane Pereira. **A violência simbólica na escola**: contribuições de sociólogos francês ao fenômeno da violência escolar brasileira. Revista LABOR, n. 7, v. 1, 2012. ISSN: 1983500. Disponível em: Acesso em: 11 jan. 2017.

VELHO, Otavio. **A ideologia da miscigenação e as relações interraciais no Brasil**. Texto de conferência realizada na Escuela Nacional de Antropología e História (ENAH). Lugar comum nº 29, pp. 117-127. Cidade do México, 2009. Disponível em: <http://www.unimomate-net>. Acesso em: 10 nov. 2011.

VIEIRA, Bianca Machado Concolato. **Do escravismo às políticas de ações afirmativas**: o negro cotista na Universidade Federal de Juiz de Fora. 122 f. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). Juiz de Fora: 2014. Disponível em: <http://repositorio.ufjf.br.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2011.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 4. ed. Petrópolis: Editora: Vozes, 2005.

Data de envio: 12 de setembro de 2017  
Data de aceite: 04 de dezembro de 2017